

Notificação de Direitos nos termos da Lei de Privacidade e Direitos Educacionais da Família (FERPA)

A Lei de Privacidade e Direitos Educacionais da Família (FERPA) concede a pais e alunos com 18 anos de idade ou mais ("estudantes elegíveis") certos direitos com relação aos registros educacionais do aluno. Esses direitos são:

1. Direito de inspecionar e revisar os registros educacionais do aluno dentro de 45 dias após o dia em que a Perkins School for the Blind recebe uma solicitação de acesso.

Os pais ou alunos elegíveis devem enviar ao diretor educacional uma solicitação por escrito que identifique os registros que eles desejam inspecionar. O diretor educacional tomará providências para o acesso e notificará os pais ou aluno elegível sobre a hora e o local onde os registros podem ser inspecionados.

2. Direito de solicitar a alteração dos registros educacionais do aluno que os pais ou o aluno qualificado considerem imprecisos, enganosos ou violem os direitos de privacidade do aluno segundo a FERPA.

Os pais ou alunos elegíveis que desejam solicitar que os Cegos da Escola Perkins alterem um registro devem escrever ao diretor educacional, identificar claramente a parte do registro que desejam alterar e especificar por que deve ser alterado. Se a escola decidir não alterar o registro, conforme solicitado pelos pais ou aluno elegível, a escola notificará os pais ou aluno elegível da decisão e de seu direito a uma audiência sobre o pedido de alteração. Informações adicionais sobre os procedimentos de audiência serão fornecidas aos pais ou aluno qualificado quando notificado do direito a uma audiência.

3. Direito de fornecer consentimento por escrito antes da escola divulgar informações de identificação pessoal (PII) dos registros educacionais do aluno, exceto na medida em que a FERPA autorize a divulgação sem consentimento .

Exceções ao requisito de consentimento

FERPA sempre permitiu uma série de exceções à regra de que uma agência deve obter o consentimento dos pais ou dos alunos elegíveis antes de liberar as PII para outra entidade (34 CFR § 99.31). A FERPA permite a divulgação de PII a partir do registro de um aluno sem o consentimento, quando a PII é divulgada para:

- Funcionários da escola, incluindo professores, dentro da agência ou instituição, que estão determinados a ter interesses educacionais legítimos;
- Um contratado, consultor, voluntário ou outra parte em que uma agência ou instituição terceirizou serviços ou funções institucionais e atende a certos requisitos, incluindo estar sob o controle direto da agência com relação aos registros;

- Funcionários da escola de outra escola, distrito ou instituição pós-secundária em que o aluno já esteja matriculado ou pretenda se matricular;
 - Autoridades educacionais locais e estaduais e alguns funcionários federais, incluindo controlador geral, procurador geral e secretário de educação;
 - Determinar a elegibilidade do auxílio financeiro;
 - Funcionários autoridades estaduais e locais que tratam de um caso de justiça juvenil se a lei estadual autorizadora for adotada antes de 19 de novembro de 1974 (quando a FERPA entrou em vigor);
 - Organizações que conduzem estudos para ou em nome de agências ou instituições educacionais para desenvolver, validar ou administrar testes preditivos; administrar programas de ajuda estudantil; ou melhorar a instrução;
 - Acreditação organizações que desenvolvem creditação funções;
 - Pais, conforme definido na FERPA, de um aluno dependente;
 - Cumprir uma ordem judicial ou intimação, depois que a agência fez uma tentativa razoável de notificar os pais ou aluno qualificado antes de divulgar as informações;
 - Auxiliar em uma emergência de saúde ou segurança;
 - Vítima de um suposto crime violento ou ofensa sexual não forçada, mas se limitou aos resultados finais do processo disciplinar da educação pós-secundária;
 - Um pai de um estudante menores de 21 anos em uma instituição de ensino superior quando se trata de violação de qualquer lei, regra ou política da instituição que rege o uso ou posse de álcool ou uma substância controlada do estudante; e
 - Funcionários que mantêm os registros de um criminoso sexual e outros infratores necessários para se registrar sob a Lei Federal de Controle de Crimes Violentos e Polícia de 1994.
4. Pai / mãe ou aluno elegível tem o direito de registrar uma reclamação junto ao Departamento de Educação dos EUA referente a supostas falhas da Escola Perkins para os Cegos em cumprir os requisitos da FERPA. O nome e o endereço do escritório que administra a FERPA são:

Escritório de conformidade com as políticas da família
 Departamento de Educação dos EUA
 400 Maryland Avenue, SW
 Washington, DC 20202